



FESTAS, RITUAIS CÍVICOS NO PROCESSO DE NACIONALIZAÇÃO DA INFÂNCIA DAS ESCOLAS ÉTNICAS DO PARANÁ

Valquiria Elita Renk – PUCPR

Resumo: Este texto situa-se no contexto do processo de nacionalização das escolas de imigrantes do Paraná, que ocorreu nas primeiras décadas do século XX, até a nacionalização compulsória em 1938. Pretende-se analisar as festas cívicas no ambiente escolar como formação do sentimento de pertencimento à nação. Desde o final do século XIX, as comunidades étnicas fundavam suas escolas, com os saberes ministrados na língua de origem do grupo, ou de forma bilíngue. Havia as escolas étnicas comunitárias (laicas) e as religiosas. O recorte temporal é o período entre as grandes guerras mundiais, quando aumentaram as tensões étnicas e a as reivindicações pela nacionalização das escolas se transformaram em leis que obrigavam o ensino da Língua Nacional, História e Geografia da Pátria, assim como também a formação cívica dos alunos através das aulas de canto, Educação Física e Higiene e os desfiles cívicos. As fontes de pesquisa são: a imprensa regional de Curitiba, a Legislação Educacional, os Relatórios de Governo e a História Oral, através do depoimento de ex-alunos que estudaram nestas escolas neste período. As fontes possibilitam conhecer a importância da língua nacional e da língua materna e as políticas estatais para nacionalizar a infância nas escolas étnicas

Palavras-chave: Patriotismo, Nacionalismo, Escolas-Étnicas.

Introdução

No Paraná, desde o século XIX, haviam as escolas étnicas organizadas a partir da iniciativa das comunidades. Havia diferentes formas de organização das escolas étnicas, como as sociedades-escola, um misto de organização comunitária, associação escolar e cultural, havia também as escolas privadas e religiosas, e as escolas subvencionadas, em que o Estado pagava o professor. Uma característica comum é que ensino era ministrado na língua materna do grupo étnico ou o ensino bilíngue e eram espaços de manutenção da identidade étnica.

Estas escolas foram alvo das políticas de nacionalização do ensino, sob o argumento de “desnacionalização da infância”, nas palavras do Inspetor de Ensino, César P. Martinez. Nestas escolas, além da língua materna, as datas e eventos importantes do país de origem eram memória e estudo recorrente, além de outros elementos da cultura do país de origem. Em algumas escolas étnicas a língua portuguesa era muitas vezes praticamente desconhecida.

As fontes de pesquisa são os arquivos escolares, os Relatórios do Inspetor de Ensino do Paraná, o Código de Educação de 1917, a Lei no. 2005/1920, o Decreto Lei 1257/1922 e

artigos dos jornais Diário da Tarde e Gazeta do Povo a história oral, com ex-alunos que vivenciaram o processo de nacionalização das escolas. O cotejamento das fontes possibilita compreender o processo de nacionalização das escolas étnicas, a importância que as festas e rituais cívicos adquiriram no processo de internalização do sentimento de pertencimento à nação.

O recorte temporal é marcado pelas Guerras Mundiais, marcado pelas intensas tensões étnicas entre ‘brasileiros’ e ‘imigrantes’ no Paraná. Neste período pode-se acompanhar o processo de nacionalização das escolas pelo Estado, com a legislação de ensino e da obrigatoriedade das aulas em língua nacional nas escolas. O patriotismo e o civismo estavam na pauta do dia nos Relatórios do Inspetor de Ensino, nas leis sobre Educação, na adoção de livros didáticos que ensinavam a História e a Geografia da Pátria e nas manifestações cívicas em praça pública com a presença dos alunos e da comunidade. O civismo que era entendido pelas autoridades como forma de inserção dos imigrantes à comunidade e a cultura nacional.

O tempo e as práticas escolares, como são representações culturais. Para GEERTZ, ”o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise.” (1989, p. 15). Neste sentido, as festas escolares e os momentos de manifestação cívica, são momentos especiais da vida escolar, diferentemente da rotina e que adquirem um significado simbólico de explicitar certas situações ou mesmo como rituais. “A escola e a escolarização foram desenvolvidas até se tornarem essenciais na produção e reprodução de nossas formações sociais, das hierarquias, das classes...” (VINCENT e outros, 2001, p. 38).

Nas Teorias de Etnicidade, Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart (1998) afirmam que nos momentos de crise é que a identidade étnica emerge e as diferenças ficam mais visíveis. Também os grupos selecionam traços da cultura que servirão como elementos de inclusão e de exclusão no grupo. A etnicidade não se manifesta nas situações de isolamento, mas, de contato interétnico, é “seu conteúdo e tanto quanto sua significação são suscetíveis de transformações e de redefinições” (POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 1998, p.125). Neste sentido a escola era um espaço de manutenção da identidade étnica e também foi a palco da “investida” das autoridades pela nacionalização do ensino e dos grupos étnicos.

Fredrik Barth (1969) considera que a partilha de uma cultura comum é a característica mais significativa na identificação étnica. Neste sentido, a manutenção da cultura do grupo e principalmente da língua materna constituem-se como importantes elementos de coesão social do grupo e manutenção da identidade étnica. A escola étnica adquiria importância na preservação da cultura étnica, pois ensinava na língua de origem do grupo étnico e também os

elementos culturais da Pátria de origem. Na emigração, a cultura não é esquecida, mas, é elemento importante na demarcação dos limites e fronteiras étnicas.

A cultura original de um grupo étnico, na diáspora ou em situações de intenso contato, não se perde ou se funde simplesmente, mas, adquire uma nova função, essencial a que se acresce às outras, enquanto se torna cultura de contraste (...) A cultura tende ao mesmo tempo se acentuar, tornando-se mais visível e a se simplificar e enrijecer, reduzindo-se a um número menor de traços que se tornam diacríticos. (CUNHA, 1986, p. 99-100).

A afirmação de Cunha (1986) permite entender a importância da manutenção da cultura materna do grupo e nas comunidades étnicas, a língua era elemento fundamental para isso. A língua de origem do grupo era ensinada na escola, escrita nos jornais, falada no lar, nas associações culturais e na igreja. Havia pouco espaço para a língua nacional, tanto que, alguns alunos desconheciam a Língua Portuguesa até ingressarem na escola.

A língua portuguesa era aprendida nas escolas, como uma segunda língua. “Em casa só falava em ucraino, português a gente não sabia. Depois que começou a ir pra escola, os meus irmãos mais velhos, falavam entre eles e a gente escutava e foi assim, devagarinho aprendendo” (A.N). Durante o processo de coleta dos depoimentos e entrevistas com ex-alunos que estudavam nas escolas étnicas em 1938, muitos foram os relatos de que na época da nacionalização, suas escolas foram fechadas e foram enviados para as escolas públicas, onde não entendiam nada o que o professor falava. Desconheciam ou conheciam muito pouco a língua nacional.

A língua traduz uma visão de mundo, valores morais e sociais que foram se mantendo ao longo do tempo. Portanto preservar a língua de origem do grupo étnico, significa manter uma identidade cultural, que era contrastiva com a sociedade brasileira. A língua assume a expressão de nacionalidade e a sua perda desta identidade está associada à perda de valores que definem o pertencimento ao grupo. Para POUTIGNAT e STREIFF-FENART (1998) se um grupo conserva a sua identidade, isso implica em estabelecer critérios para determinar a pertença e meios para tornar manifestas a presença e a exclusão quando interage com outros grupos. Compreendemos então que os grupos étnicos não são baseados somente na ocupação do território, mas, na estruturação da interação com outros grupos, que permite a persistência das diferenças culturais.

O sentido das festas no tempo e espaço escolar

Para entender melhor a importância das festas e rituais escolares, é necessário diferenciar a rotina dos momentos comemorativos. A rotina deve ser cumprida e é um tempo que parece passar de forma mais lenta. As festas são momentos especiais, muito esperados e que passam de uma forma muito rápida. As festas ficam registradas na memória mais do que os momentos de rotina. Para Roberto DaMatta, as festas são momentos de ruptura da rotina, são os momentos extraordinários na vida do grupo e muito esperados. “Todas as festas – ou ocasiões extraordinárias – recriam e resgatam o tempo, o espaço e as relações sociais” (1981, p. 81). Ele classifica as festas em: aquelas que marcam o espaço pelas hierarquias e a ordem social, entendidas como as festas ‘da ordem’ enquanto as ‘festas da desordem’, são aquelas que permitem a inversão dos papéis sociais. As festas da ordem são entendidas como as festas cívicas, principalmente os desfiles comemorativos do Dia Sete de Setembro e as festas religiosas, que tem uma parte sacra (no interior dos templos) e outra profana (fora dos templos) que geralmente tem um caráter muito sério. A festa da desordem é o carnaval, e Damatta a analisa como a festa da inversão da ordem, da hierarquia e é um tempo muito esperado, alegre e festivo.

Algumas festas no espaço escolar constituem-se em representação de datas cívicas e patrióticas nacionais, outras somente os ritos de passagem, como as celebrações do encerramento do ano letivo e as formaturas. Para as festas a um tempo de organização, existem os ensaios, a disciplina, a ordem, as roupas distintas e a presença da comunidade na sua realização. Elas são momentos solenes carregados de caráter simbólico e representações de memórias escolares que não podem ser esquecidas.

Apoiamos-nos em Antonio Vinão Frago (1998), para entender o tempo escolar. Ele analisa que o tempo escolar é um tempo institucional, pessoal, cultural e individual. Existem os tempos diversos: o do professor, o do aluno, o tempo da administração e por que não: o tempo das festas escolares. O tempo escolar pode ser entendido como um tempo cultural, que é uma construção social, como um produto cultural que implica em determinada vivência ou experiência temporal. Ele é organizado e construído enquanto tal, mas é vivido não somente pelos professores e alunos, mas, também pelas famílias e pela comunidade. Da mesma forma os calendários escolares, tem um início e um final das atividades, intercaladas com as datas festivas e as férias.

A escola entendida como o espaço das culturas escolares e do tempo escolar, é marcada por significações simbólicas, num processo constante de criação e recriação constantes. Roger Chartier (1991) entende que as culturas se apreendem dos bens simbólicos, produzindo assim usos e significações diferenciadas. Ele também aborda que

no espaço assim traçado se inscreve todo trabalho situado no cruzamento de uma história das práticas, social e historicamente diferenciadas e de uma história das representações inscritas nos textos ou produzidas pelos indivíduos (CHARTIER, 1991, pg. 179)

Assim, quando a escola enquanto um espaço sócio cultural incorpora certas práticas sociais, como as festas e desfiles cívicos, ou o ensinamento dos hinos, está produzindo sensações e emoções na vida dos alunos, que permanecerão pela sua vida. Assim, as práticas específicas possuem significados diferenciados para os diferentes atores sociais e pode ser uma fonte de construção da memória coletiva.

As festas cívicas e a formação do sentimento de pertencimento á nação

As fontes de pesquisa permitiram que se identificassem dois momentos importantes na organização das festas e ritos escolares. O primeiro momento vai desde o século XIX até a Primeira Guerra Mundial, quando as relações com os países de origem eram muito intensas e o espaço escolar celebrava datas e eventos do calendário do país de origem do grupo étnico. O segundo momento, é após a Primeira Guerra quando os processos de nacionalização no ensino tornaram-se mais exigentes e a legislação exigia o ensino da Língua Nacional e também as aulas de História, Geografia, Moral e Cívica. As escolas étnicas se veem coagidas a celebrar as datas do calendário cívico nacional, por determinação da legislação escolar e das sanções impostas, como o pagamento de multas até o seu fechamento.

Nas escolas étnicas eram celebradas as datas cívicas e do calendário religioso do país de origem das comunidades, como por exemplo, o dia 03 de maio (Data de Fundação da Polônia) e muito pouco as celebrações nacionais, com exceção para o dia Sete de Setembro. Assim como também os nomes destas escolas eram nomes que remetiam a uma memória da Pátria de origem. Somente após a nacionalização compulsória é que os nomes foram nacionalizados.

A organização curricular das escolas étnicas mantinha as matérias constantes no currículo das escolas da Europa e o ensino era ministrado em língua estrangeira. Não podia ser apagada a história e a trajetória cultural do grupo imigrante em terras brasileiras. Para a ex-aluna, as lembranças dos tempos escolares ainda persistem e as aulas língua estrangeira e nacional ainda são lembradas: “Nós éramos descendentes de poloneses, então queriam que nós aprendêssemos o polonês. Na escola de manhã em polonês e de tarde em brasileiro. Em

brasileiro era a parte do Brasil e em polonês era a parte da Polônia.” (H.A). Este relato demonstra que enquanto a nacionalização estava em curso, os alunos se percebiam como “estrangeiros” mesmo tendo nascido no Brasil, e as diferenças étnicas ressaltando as diferenças entre “nós e eles”.

Os registros escolares revelam que ano após ano todos os momentos extraordinários que ocorriam na escola, como os Exames, as festas de final de ano, as festas religiosas. A lembrança da Pátria de origem permanecia viva na memória do grupo étnico, através das comemorações cívico-patrióticas, com os símbolos e as imagens do país de origem, assim como também cantava-se o hino nacional daquele país.

No ano de 1920, a política de nacionalização das escolas, se intensificava. Através Lei 2005/1920, o Governador Caetano Munhoz da Rocha, estabelecia no art.1º. que as escolas particulares estrangeiras eram obrigadas a ensinar em língua vernácula História do Brasil, Corografia do Brasil e a Língua Portuguesa. O art. 3º. desta lei estabelecia que as escolas estrangeiras poderiam solicitar ao governo a nomeação de professor para estas matérias, sem ônus. Portanto, o Estado usava os mecanismos legais para garantir que o ensino fosse ministrado em língua nacional e formar o sentimento de nacionalidade nos alunos.

Em 1922, o mesmo Governador assinou o Decreto Lei no. 2157, sobre o ensino, intensificando as ações de nacionalização das escolas de imigrantes. O artigo 1º. deste decreto estabelecia que as escolas particulares tinham liberdade de ensino, desde que: fossem registradas na Inspeção de Ensino; contratassem professores com comprovada idoneidade moral que se comprometessem em respeitar os feriados nacionais, ensinassem em língua portuguesa e incluíssem no programa de ensino Geografia e Corografia do Brasil. Mas, além disso, cada professor precisou assinar um termo de Compromisso com o Estado se comprometendo a adotar o programa oficial de ensino. Portanto, a força da lei chegava às escolas e promovia mudanças na grade curricular. Para cumprir estas determinações legais, um grupo de professores das escolas polonesas fizeram um ano de curso de língua nacional e posteriormente o exame de proficiência na mesma língua, para poder continuar no ofício do magistério. (WACHOWICZ, 1970)

Após a década de 1920, a legislação escolar exigia a intensificação das celebrações das datas cívicas do calendário brasileiros, com a intenção de construir uma memória coletiva nacional e o sentimento de pertencimento à nação. O que as fontes permitem identificar que algumas escolas étnicas mesclam elementos da cultura nacional e da cultura étnica. Como exemplo, em 1931 na festa de 35 anos da Escola Bom Jesus (escola étnica alemã de Curitiba) realizada em 10 de maio, às 19:00h, o programa era dividido em três atos. O primeiro número

das apresentações era “Sangue alemão” e o Hino à Bandeira Nacional, executado apenas no terceiro ato.¹ O ano de 1934, nesta mesma escola houve acréscimo de celebrações das datas cívicas nacionais, como a comemoração do Dia do Trabalho, Dias das Crianças e Dia da Bandeira Brasileira.

As datas cívicas quando celebradas, são entendidas como as festas da ordem, por Damatta. Este autor entende que as festas permitem uma análise da sociedade, quanto a sua organização social.

A leitura da sociedade facultada pelos ritos da ordem, então, é um leitura onde o corpo deve ser contido ou até mesmo neutralizado (...) Tudo isso é salientado com precisão em todos os ritos da ordem –sejam cívicos ou religiosos – onde a ideia de sacrificar o corpo pela Pátria, por Deus ou por um partido político acaba se exprimindo pela noção de dever, de devoção e de ordem. (DAMATTA, 1981, p. 84, 85)

À medida que a escola ensina a celebrar e comemorar as datas cívicas nacionais ela está ensinado sobre a organização social nacional e também um aprendizado de conduta social.

Os ritos cívicos executados nas escolas étnicas, na época da Segunda Guerra Mundial ainda estão presentes nas memórias dos ex-alunos. “Na época da guerra tinha que cantar o Hino Nacional todos os dias, sem cantar o Hino, a aula não começava. Quando entrávamos em sala a primeira coisa era reza, quando podia rezava em ucraino e depois em português e cantávamos o Hino” (A.N). Organizar o tempo escolar, dividir as atividades, marcar os ritos pela repetição, até que esteja internalizado, naturalizado. As crianças participavam dos ritos cívicos, como um momento extraordinário, como lembra outro ex-aluno: “Era a maior festa. (risos). Era gostoso porque a gente nunca saía e então era um passeio.” (IK). Neste sentido “as atividades organizadas, enquadradas por especialistas, regulam e estruturam o tempo das crianças (...) Uma parcela destas atividades depende de aprendizagens no decorrer das quais a repetição, o respeito pelas regras... são essenciais” (VINCENT, et alii, 2001, p.39, 40)

As celebrações à Pátria transformadas em espetáculo

¹ Jornal der Kompass, 02/05/1931, no. 50 p.g e 07/05/1931, no. 52, p 2 e 3.

As festas da ordem são aquelas carregadas de simbolismo e marcadas pela ordem, hierarquia e disciplina. São os grandes desfiles, em que eram carregados os estandartes, as bandeiras, estão todos uniformizados e enfileirados e com os momentos de entonação dos hinos (bem ensaiados) ou dos discursos e declamações de poesias. Estas festas marcam os grandes momentos que devem ser lembrados, daí toda a preparação. Portanto, tudo deve estar bem organizado, uniformes alinhados, fileiras retas, poesias decoradas, hinos bem cantados e discursos emocionantes. O povo apenas assiste, ou quando toma parte é de forma muito pequena. As autoridades que representam o poder público e o poder religioso estão presentes, mas, no palanque, separados do povo. A intensificação das celebrações cívicas fazia delas verdadeiros espetáculos públicos nas avenidas centrais das cidades..

Nas festas da ordem, a ênfase é sempre colocada na ordem, na regularidade, na repetição, na marcha ordeira, no cântico cadenciado, no controle do corpo que (...) remete à idéia de sacrifício e disciplina (...) Aqui, o mundo é englobado e apresentado pelas posições sociais que a sociedade considera importantes. (DAMATTA, 1981, p. 85)

No processo de construção do nacionalismo, os desfiles cívicos e militares, celebrando os heróis e vultos nacionais, faziam-se necessário para a construção de uma memória coletiva. O desfile cívico é uma demonstração da ordem, hierarquia e disciplina, também uma demonstração de amor à Pátria e a consciência patriótica. “Disciplina, ordem e hierarquia são recursos do discurso educativo que possibilitam a ênfase na preparação do patriota, no planejamento escolar” (TRINDADE, 1996, p. 92). Desta forma, as aulas de História e Geografia do Brasil, da Língua Nacional, de Moral e Civismo, Canto, Ginástica, se constituem num aparato para a formação do sentimento de pertencimento nacional.

O artigo 4º. Do Código de Ensino de 1917, estabelecia a competência do poder público em inspecionar os estabelecimentos particulares e também enfatizava a divulgação da educação das crianças através de conferências educativas e festas cívicas. No Relatório do Inspetor Geral do Ensino, César P. Martínez, em 1920, o canto, a música e a declamação eram consideradas importantes na “influência na formação do civismo pelo entusiasmo que despertam as canções patrióticas” (p. 20).

A intensificação das comemorações cívicas foi registrada pela imprensa no Paraná. As festas cívicas e patrióticas eram comemoradas efusivamente com hasteamento da bandeira, declamações, cantos patrióticos e os símbolos nacionais devem estar presentes, conforme consta no Relatório do Inspetor de Ensino de 1917.

Por iniciativa de V.Exa. foi a 19 de novembro próximo passado, realizado nessa Capital, imponente festividade, com o concurso de todas as escolas simples e grupos e alguns Colégios, em homenagem à data, sendo em todos os edifícios escolares hasteado o Pavilhão nacional, ao som do hino da Bandeira, cantado pelos alunos em forma à frente do Grupo, seguindo-se conferência alusiva à data. A Bandeira Nacional é conservada em sala de aula, nos grupos, à vista dos alunos, ficando assim, numa belíssima e solene lição de civismo nas escolas, o culto à Bandeira.

No processo de construção da nacionalidade os símbolos representativos da nação devem ter destaque, vistos e respeitados por todos. Nos momentos comemorativos, todos devem estar unidos pelo amor à Pátria. As avenidas onde os alunos desfilavam eram o centro do espetáculo. Era um momento muito solene que culminava na frente do Paço Municipal, exigia dos alunos muita disciplina e até preparo físico para enfrentar as horas de duração. O dia de Sete de Setembro comemorado com muita pompa foi assim descrito pelo jornal Gazeta do Povo, de 1920.

A parte que mais curiosidade despertou ao espírito da nossa população, pela sua originalidade, foi a passeata no mundo infantil das escolas da capital. Desde as 16 horas turmas e turmas de crianças, todas vestidas de branco e uniformizadas, iam chegando à Avenida Luiz Xavier, que era o ponto de junção. (...) rumando então até à Praça Municipal. Cerca de 3.000 crianças reuniram-se no espaçoso largo, da seguinte forma: postadas defronte ao paço Municipal, dividiram-se em dois grupos, os meninos do lado direito e as meninas do lado esquerdo separados todos da multidão por um cordão de isolamento. Às 17,30, foi entoado de uma maneira estupenda, o Hino da Independência, pelas 3 mil vozes juvenis. Era um espetáculo inédito assistir-se aquela multidão infantil cantar o Hino da Independência, em conjunto(...)

Em Curitiba, o jornal Diário da Tarde, nos anos de 1914 e 1918, anos de muitas tensões decorrentes da guerra, registrou inúmeros editoriais e notícias sobre o uso das línguas estrangeiras nas escolas de imigrantes, nas igrejas, no comércio e nos jornais e propunha o fechamento das escolas étnicas. POUTIGNAT e STREIFF-FENART analisam que a identidade étnica é construída e que nos momentos de crise os seus traços tornam-se mais visíveis. Portanto o período das grandes Guerras Mundiais foi quando em Curitiba registraram-se conflitos decorrentes desta identidade étnica e manifestações pela pátria brasileira.

Inúmeras manifestações de apoio à nacionalização do ensino transformavam-se em celebrações públicas. Os elementos de representação simbólica da Pátria como a Bandeira Nacional e a entonação do Hino Nacional eram acionados nestes momentos.

(...) E a mocidade paranaense num gesto dignificante de quem sabe cultivar o amor pátrio, prestou a sua homenagem solene a grande pátria de Benjamim Constant e Rio Branco, desagravando o seu pavilhão e fazendo uma demonstração de simpatia (...) À hora 16 a multidão que se acotovelava à Praça Tiradentes se elevava, já perto de 10 mil pessoas.(...) Terminados os discursos acima referidos. Acompanhados pela banda de música do regimento de segurança, o povo entoou o hymno pátrio, letra de Duque Estrada. O entusiasmo então, recrudesciu! O povo delirava commovedoramente.(...) Impossível descrever toda sumptuosidade da manifestação de hontem. (Diário da Tarde, 16 de abril de 1917 – grafia da época)

Assim, as manifestações eram uma demonstração da vontade popular em nacionalizar as escolas de imigrantes.

As datas comemorativas dos eventos cívicos tornavam-se verdadeiras aulas de disciplina e ordem. As festas da ordem são marcadas pela disciplina, considerada fundamental na formação de bons cidadãos. “A disciplina do corpo induz à do intelecto (...) Estreitamente ligada à disciplina, a ordem é a segunda estratégia utilizada na configuração escolar, sob a forma lei, regulamento ou programa.” (TRINDADE, 1996, p. 90-91). Michel de Certeau afirma que as “maneiras de fazer” constituem “as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sócio-cultural” (1994, p.41).

A ordem nos momentos cívicos era condição básica para o sucesso dos eventos cívicos. O jornal Gazeta do Povo fez o seguinte registro sobre as comemorações do Sete de Setembro:

Entre as comemorações que se fizeram á data da nossa Independência, antes de ontem, destacou-se pelo seu brilho a festa escolar que se realizou no Grupo Conselheiro Zacarias e cuja descrição em largos traços, aqui temos:
Às 11 horas os alunos formados entoaram em frente ao Grupo o Hino à Bandeira, sendo esta levantada simultaneamente. Ao terminar o Hino foi a bandeira saudada por diversos alunos, conforme a ordem do programa já publicado (...) Começou então a segunda parte do programa, tendo nessa ocasião a distinta professora D. Palmyra B. de Mello, pronunciado belo discurso, que muito concorreu para o entusiasmo geral que imperou durante toda festa. Os recitativos foram feitos duma maneira admirável: com entusiasmo e sem atrapalho algum. (09 de setembro de 1920)

A participação dos estudantes nas celebrações cívicas nem sempre era um ato de espontaneidade. Desde a década de 1930, as leis obrigavam a participação dos estudantes nas comemorações cívico patrióticas, (Decreto 19.488 de 15 de dezembro de 1930, Lei 259 de 1º de outubro de 1936, Decretos 7.807 e 3.346 de 1941). Este conjunto de legislação exigia que o Hino Nacional fosse ensinado e cantado diariamente nas escolas. A ex-aluna ainda lembra-

se destes tempos marcados pelos rituais cívicos na escola: “Tinha que aprender o Hino da Bandeira e o Hino Nacional. Todo dia tinha que cantar o hino na sala de aula” (P.L.). Outra ex-aluna de uma escola étnica também traz na memória a lembrança destes tempos escolares: “A gente tinha aula de música e a gente cantava o hino na aula toda semana. Aprendia os hinos para essas ocasiões. A gente desfilava com Bandeira e tudo na Rua XV, em Curitiba, cantando o hino.” (P.S).

Também os momentos do cotidiano escolar são marcados pela exigência do capricho, da repetição, como os ditados, as caligrafias, a pontualidade, o asseio, instrução cívica, a aplicação, a disciplina e a obediência, que se traduziam em notas no boletim escolar. Tudo é registrado, exercícios de caligrafia e cópia exaustivamente repetidos, tudo é controlado e avaliado pelo professor. Os exames escolares eram um momento crucial na vida dos estudantes, um escrutínio ante a comunidade escolar e as autoridades de ensino. Era o ritual da demonstração do conhecimento da língua nacional pelos alunos das escolas étnicas, através da declamação de poesias, cantando hinos ou lendo trechos de livros.

Os Relatórios do Inspetor de Ensino, Prof. César P. Martinez, nos anos de 1920 e 1921, denunciavam a existência de inúmeras escolas estrangeiras no interior do Paraná, onde as crianças desconheciam o idioma nacional. Anunciava que deveriam ser fechadas estas escolas e mais, para efetivamente nacionalizar estas crianças ele sugeria que deveriam ser fornecidos livros didáticos da Língua Nacional, História e Geografia e exigir que se falasse a língua nacional.

A nacionalização do ensino era a pauta do dia na imprensa e nos discursos e no texto das leis. O Estado buscava através da escola homogeneizar os saberes escolares, com a prescrição de conteúdos escolares únicos, a indicação de livros didáticos, o fornecimento de materiais didáticos como cadernos, mapas do Brasil livros e Bandeiras. Estas medidas evidenciavam as intenções estatais de ter uma formação escolar homogênea e que, desta forma as escolas étnicas fossem obrigadas a ensinar os mesmos conteúdos, com a mesma matriz curricular que as escolas públicas. Apesar de estas medidas existirem desde 1914, estas medidas eram parcialmente cumpridas, fazendo com que o Estado buscasse novas alternativas à formação do sentimento de pertencimento nacional. Ante esta situação, inúmeras escolas étnicas cumpriam a legislação, mas, transformaram-se em escolas bilíngues, pois desta forma também faziam a resistência às medidas nacionalizadoras.

Os conteúdos a serem ensinados tinham a pretensão de uniformizar a organização pedagógica da escola. Aos poucos, o Governo do Paraná implementou um conjunto de instrumentos de controle das escolas, como os horários, os livros didáticos, os conteúdos que

formavam uma teia de ações que o professor deveria cumprir. Ao estudar a escola primária paulista, Souza (2004) conclui que hinos, cantos e canções populares foram se transformando em canções de escola e submetidas às prescrições didático-pedagógicas.

Na continuidade de medidas de nacionalização do ensino, em 8 de março de 1940, através do Decreto 2072, foi criada a Juventude Brasileira, para jovens de 11 a 18 anos. Entre as suas atribuições estava a formação de centros cívicos nas escolas e a obrigatoriedade da formatura geral, principalmente em Sete de Setembro. A identidade nacional precisava ser formada com elementos comuns como a língua, a cultura e o sentimento de pertencimento. As demonstrações públicas de civismo também eram feitas pelas autoridades, evocando a formação de uma juventude nacionalista. “No dia 5 de setembro último, atendendo o apelo do Senhor Ministro, houve a Parada da Juventude, tendo desfilado em todo estado 50.771 escolares.” (RELATÓRIO DE GOVERNO, 1941, p. 38).

O Estado Novo foi pródigo em manifestações cívicas como a semana da Pátria, Semana de Caxias, o aniversário do Presidente Vargas, o Dia da Criança, Dia da Raça e outras. Nestas ocasiões o Presidente era lembrado como Chefe da Nação, o Grande Timoneiro e a juventude era proclamada à celebrar o Estado Novo e o porvir.

Efetivamente as escolas étnicas foram extintas, através do Decreto Federal no. 406, de 04 de maio de 1938. No Paraná, o Interventor Manoel Ribas também fechou com as escolas étnicas e em seu lugar foram criadas escolas públicas. Após a nacionalização compulsória todas as escolas passaram a ensinar em língua nacional.

Para concluir

Paulatinamente ao longo das décadas de 1920 e 1930 inúmeras escolas étnicas foram fechadas, mas, o fechamento definitivo de todas, só ocorreu em 1938, através da Lei de nacionalização, durante o Governo Vargas.

O espaço escolar pela sua abrangência foi escolhido como o espaço para a formação moral e cívica e patriótica do cidadão. As festas patrióticas e cívicas eram a culminância de um longo período de aprendizagem, de ensaio e preparação, para comemoração pública dos eventos ou feitos que devem ser lembrados, em forma de espetáculo. A ritualização implica no acionamento de vários elementos simbólicos, como os cânticos, as bandeiras, os discursos, os uniformes, a parada e o desfile, que fazem parte do processo de formação da cidadania. O lema ‘Ordem e Progresso’ assume a forma de edificação moral e do progresso. Portanto o

processo educação escolar é também uma forma de educação moral dos educandos. Guy Vincent afirma que as ações organizadas visam não somente vigiar as crianças, mas, também levá-las a adquirir hábitos como a assiduidade e pontualidade. O tempo e o espaço escolar também assumem a função de ordenar, disciplinar e formar cidadãos.

O espetáculo público demonstrava o amor pela pátria e pelos seus heróis e requeria sua demonstração com eloquência. Portanto, o espaço escolar é o espaço que o Estado tem para a formação da cidadania. O período analisado neste trabalho, é especial, pela ocorrência das Guerras Mundiais e pela campanha pela nacionalização do Ensino. Portanto, como as famílias e as escolas dos imigrantes não produzem o cidadão nacional, o Estado toma esta tarefa para si, através da legislação e da imposição de um currículo único, do ensino em língua nacional e da adoção de livros didáticos. A língua pode ser considerada como o mais importante elemento no processo de nacionalização.

Assim, as manifestações festivas, exaustivamente ensaiadas pelos alunos, apresentadas em praça pública e a ordem dos desfiles exibidos nas ruas centrais, eram a demonstração do amor à Pátria. As autoridades precisavam da presença dos alunos para a confirmação da importância e da grandiosidade do evento. A Educação Moral e Cívica do povo estava a cargo das escolas e as festas da ordem eram uma demonstração da hierarquia e da disciplina. O nacionalismo foi sendo construído ao longo das primeiras décadas do século XX, pois era preciso construir o país como uma nação. No currículo escolar, as disciplinas de História, Geografia, Educação Física, Canto Orfeônico e Moral e Cívica tiveram papel importante nesta construção.

Atualmente estas comemorações perderam o espaço nas ruas e praças e é muito usual que nos lembremos das datas cívicas por ser feriado.

Referências Bibliográficas

- BARTH, F. **Ethnic groups and boundaries**. London: George Allens and Unwin, 1969
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CUNHA, M.C. da **Antropologia do Brasil**. São paulo: Brasiliense/EDUSP, 1986
- DAMATTA, R. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1981.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 1989.
- GUÉRIOS, Rosário F. Mansur. O olégio Bom Jesus do meu tempo, in O Estado do Paraná, edição de 19/06/1966
- POUTIGANT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **As teorias da Etnicidade**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998

SOUZA, r.f. De lições da escola primária. In **Legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: editores Associados, 2004.

TRINDADE, **Marias e Clotildes**. Curitiba: Fundação Cultural, 1996

VINÃO FRAGO, Antonio. **Tiempos escolares, tiempos sociales**. Barcelona: Editorial Ariel, S.A., 1998

VINCENT, Guy, LAHIRE, B. e THIN, D. Sobre a história e a teoria da forma escolar. In **Educação em Revista**. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, n. 33, junho/2001, p.7-47

Jornais

Jornal GAZETA DO POVO, 08/09/ 1920; 09/09/ 1920; 28/04/1941; 28/08/1941. Curitiba PR.

Diário da Tarde, 16 de abril de 1917, Curitiba, PR

Jornal Der Kompass, edições de 1903 a 1936, Curitiba, Pr

Jornal O Eco, edições de 1939, Curitiba, Pr.

Documentos

PARANÁ. **Decreto n. 17, de 09/01/1917**. Código de Ensino. Curitiba: Dário Oficial do Estado do Paraná, 10/01/1917, DEAP.

PARANÁ. **Lei no. 2005, de 09/04/1920**.

PARANÁ. **Decreto Lei no. 2157 de 08/04/1922**.

PARANÁ, **Relatório do Inspector Geral do Ensino**. Curitiba; Tipografia da Penitenciária do Estado, 1917, 1920 e 1921

PARANÁ. **Relatório de Governo, Realizações do Governo Manoel Ribas**.(1937-1942). Curitiba: DEAP, 1942.

BRASIL. **Decreto n. 19.488** de 12 de dezembro de 1930. Sobre as datas comemorativas a serem celebradas nas escolas. Coleção de Decretos de 1931 a 1945.

BRASIL. **Decreto Lei no. 2072**, de 02 de março de 1940. Institui a Juventude Nacional. Coleção de Decretos de 1931 a 1945.

BRASIL. **Coleção das Leis** da República dos Estados Unidos do Brasil de 1930 a 1945.